

Mas como continuavam a interrogá-lo, desencurvou-se e lhes disse: quem dentre vós estiver sem pecado atire sobre ela a primeira pedra.

João 8:7

Pena de morte

Todos os fundadores das grandes instituições religiosas, que ainda hoje influenciam ativamente a comunidade humana, partiram da Terra com a segurança do trabalhador ao fim do dia.

Moisés, ancião, expira na eminência do Nebo, contemplando a Canaã prometida.

Sidarta, o iluminado construtor do Budismo, depois de abençoada peregrinação entre os homens, abandona o corpo físico, num horto florido de Kucinagara.

Confúcio, o sábio que plasmou todo um sistema de princípios morais para a vida chinesa, encontra a morte num leito pacífico, sob a vigília de um neto afetuoso.

E, mais tarde, Maomé, o criador do Islamismo, que consentiu em ser adorado pelos discípulos, na categoria de imortal, sucumbe em Medina, dentro de sólida madureza, atacado pela febre maligna.

Com Jesus, entretanto, a despedida é diferente.

O divino fundador do Cristianismo, que define a Religião universal do Amor e da Sabedoria, em plena vitalidade juvenil, é detido pela perseguição gratuita e trancafiado no cárcere.

Ninguém lhe examina os antecedentes, nem lhe promove recursos à defensiva.

Negado pelos melhores amigos, encontra-se sozinho, entre juízes astuciosos, qual ovelha esquecida em meio de chacais.

Aliam-se o egoísmo e a crueldade para sentenciá-lo ao sacrifício supremo.

Herodes, patrono da ordem pública, chamado a pronunciar-se em seu caso, determina se lhe dê o tratamento cabível aos histriones.

Pilatos, responsável pela justiça, abstém-se de conferir-lhe o direito natural.

E, entregue à multidão amotinada na cegueira de espírito, é preferido a Barrabás, o malfeitor, para sofrer a condenação insólita.

Decerto, para induzir-nos à compaixão, aceitou Jesus padecer em silêncio os erros da justiça terrestre, alinhando-se, na cruz, entre os injuriados e as vítimas sem razão, de todos os tempos da humanidade.

Cristãos de todas as interpretações do Evangelho e de todos os quadrantes do mundo, atentos à

exemplificação do eterno Benfeitor, apartai o criminoso do crime, como aprendestes a separar o enfermo da enfermidade!

Eduai o irmão transviado, quanto curais o companheiro doente!

Desterrai, em definitivo, a espada e o cutelo, o garrote e a força, a guilhotina e o fuzil, a cadeira elétrica e a câmara de gás dos quadros de vossa penologia, e oremos, todos juntos, suplicando a Deus nos inspire paciência e misericórdia, uns para com os outros, porque, ainda hoje, em todos os nossos julgamentos, será possível ouvir, no ádito da consciência, o aviso celestial do nosso divino Mestre, condenado à morte sem culpa: “Quem estiver sem pecado, atire a primeira pedra!”.

(*Religião dos espíritos*. FEB Editora. Cap. “Pena de morte”)

Pergunta 63 do livro *O consolador*

Pergunta: Considerando a determinação posi-

tiva do *não julgueis*, como poderemos discernir o bem do mal, sem julgamento?

Resposta: Entre julgar e discernir, há sempre grande distância. O ato de julgar para a especificação de consequências definitivas pertence à Autoridade divina, porém, o direito da análise está instituído para todos os Espíritos, de modo que, discernindo o bem e o mal, o erro e a verdade, possam as criaturas traçar as diretrizes do seu melhor caminho para Deus.

(*O consolador*. FEB Editora. Pergunta 63)

Pergunta 64 do livro *O consolador*

Pergunta: Em face da lei dos homens, quando em presença do processo criminal, deve dar-se o voto condenativo, em concordância com o processo-crime, ou absolver o réu em obediência ao *não julgueis*?

Resposta: Na esfera de nossas experiências, consideramos que, à frente dos processos humanos, ainda quando as suas peças sejam condena-

tórias, deve-se recordar a figura do Cristo junto da pecadora apedrejada, pois que Jesus estava também perante um júri.

“Quem estiver sem pecado atire a primeira pedra” é a sentença que deveria lembrar, sempre, a nossa situação comum de Espíritos decaídos, para não condenar esse ou aquele dos nossos semelhantes. “Vai e não peques mais” deve ser a nossa norma de conduta dentro do próprio coração, afastando-se a erva do mal que nele viceje.

Nos processos públicos, a autoridade judiciária, como peça integrante da máquina do Estado no desempenho de suas funções especializadas, deve saber onde se encontra o recurso conveniente para o corretivo ou para a reeducação do organismo social, mobilizando, nesse mister, os valores de sua experiência e de suas responsabilidades.

Individualmente, porém, busquemos aprender que se podemos “julgar” alguma coisa, julguemos, sempre, em primeiro lugar, como o irmão

mais próximo daquele a quem se atribui um crime ou uma falta, a fim de estarmos acordes com Aquele que é a luz dos nossos corações.

Nas horas comuns da existência, procuremos a luz evangélica para analisar o erro e a verdade, discernir o bem e o mal; todavia, no instante dos julgamentos definitivos, entreguemos os processos a Deus, que, antes de nós, saberá sempre o melhor caminho da regeneração dos seus filhos transviados.

(*O consolador*. FEB Editora. Pergunta 64)

Lesões afetivas²¹

(*Momentos de ouro*. Ed. GEEM. Cap. 31)

²¹ N.E.: A GEEM não autorizou a cessão de direito de uso para transcrição desta mensagem. Para facilitar o acesso à informação, a FEB Editora manteve a indicação da fonte referente àquela instituição.